

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**AVISO Nº 02/2019/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, comunica aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que, dentro do prazo de dois dias, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que pretendam concorrer, em lista tríplice a ser votada pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, ao cargo de Ouvidor do Ministério Público, instituído pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009.

Campo Grande, 9 de agosto de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2844/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 7 a 22.8.2019; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 2755/2018-PGJ, de 9.8.2018, que designou o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2845/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 10.8.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e suspender, a partir da referida data, a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, alterada pelas Portarias nºs 2616/2019-PGJ, de 22.7.2019, e 2762/2019-PGJ, de 1º.8.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2846/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Processos nºs 0900508-78.2018.8.12.0001 e 0914511-04.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 1ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2847/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Processos nºs 0008303-29.2019.8.12.0001, 0914394-13.2019.8.12.0001, 0914383-81.2019.8.12.0001, 0914384-66.2019.8.12.0001, 0914381-14.2019.8.12.0001 e 0914382-96.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 4ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2852/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 15º Promotor de Justiça de Campo Grande, Rogerio Augusto Calabria de Araujo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 6ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 13.8.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2867/2019-PGJ, DE 9.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo licença para frequentar, sem prejuízo de suas funções, curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, todas as quartas-feiras, no período vespertino, a partir de 7 de agosto de 2019, até o término do curso, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2848/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 47/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Técnico – Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transporte; 2.1) Suplente – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (Processo PGJ/10/1689/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2849/2019-PGJ, DE 8.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 49/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Técnico – Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transporte; 2.1) Suplente – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (Processo PGJ/10/1686/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2866/2019-PGJ, DE 9.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristhiane Bergmaier, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a equipe de trabalho instituída pela Portaria nº 1083/2019-PGJ, de 29.3.2019, visando subsidiar as ações do Procurador-Geral de Justiça, até 31.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2810/2019-PGJ, DE 7.8.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 5 a 9.8.2019, em razão de férias da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2811/2019-PGJ, DE 7.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fabrícia Christina da Silva Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Rio Negro, a partir de 24.7.2019, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2813/2019-PGJ, DE 7.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Elizandra Valladão Delfino de Aguiar, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho, a ser cumprida das 7h às 11h, a partir de 10.8.2019, pelo prazo de um ano, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Estadual nº 1.134, de 26.3.1991 (Processo PGJ/10/1669/2013).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2840/2019-PGJ, DE 8.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.7 a 27.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 26/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000685-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Cooperativa Agroindustrial Copagril - Assunto: Apurar suposta poluição ambiental produzida pela Cooperativa Copagril no processamento de grãos de milho. **Advogado Eduardo Vanzella, OAB/PR nº 33.815**, (IC nº 02/2016, migrado para o SAJMP).
- 2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000107-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Analisar a falta de maquinários da Prefeitura Municipal de Bonito para trabalhos de conservação do solo e que estão prejudicando o meio ambiente da região e o transporte escolar.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000360-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fábrica de Banquetas e Com. Ferreira Eireli - ME. - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia/MS. (IC nº 15/2013, migrado para o SAJMP).
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002901-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Clodoaldo França - ME e a Fábrica de Banquetas e Com. Ferreira Eireli. - ME - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia/MS. (IC nº 15/2013, migrado para o SAJMP).
- 5) Inquérito Civil nº 06.2015.00000036-9 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Chapadão do Sul.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001099-7 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó.
- 2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001037-2** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ótica Itamaraca - Assunto: Visa firmar termo de ajustamento de conduta com a empresa Daniele C de J A Mansour ME - Ótica Itamaraca.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002531-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alfredo Gonçalves Dias - ME - Assunto: Apurar informações que aduzem a prática de infração ambiental perpetrada pela empresa Alfredo Gonçalves Dias - ME, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS. (IC nº 02/2016, migrado para o SAJMP).
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000227-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Modesto Aquino Filho, Nathaly Cabelo Miras Queiroz 06455887174, Prefeito Municipal - Sr. Donato Lopes da Silva - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em superfaturamento, fraude e direcionamento, mediante ajuste prévio, em procedimento licitatório. **Advogado Luciano Pereira, OAB/MS nº 9.561.**

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002755-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual omissão do município de Deodápolis/MS na prestação de serviço público de saúde, consistente em tratamento psicológico/clínico.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002817-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de

Aquidauana - Requerente: Fernanda Aparecida Alves Marti - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar denúncia de suposta fraude em processo licitatório da Prefeitura Municipal de Aquidauana, tendo como vencedora a Floricultura Rosa de Saron. (IC nº 21/2013, migrado para o SAJMP).

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000244-0 - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Assunto: Analisar, irregularidades ocorridas, em tese, na contratação de fornecimento de produtos hospitalares, realizada pela Associação Beneficente de Campo Grande/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000546-5 - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ocupação irregular de leitos/SUS de UTI Neonatal e pediátricos pela Saúde Suplementar.

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000678-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no atendimento médico prestado a Lúcia Galindo dos Santos no Hospital Regional de Nova Andradina/MS. (IC nº 049/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003450-5 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. (IC nº 60/2011, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002633-8 - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados e a Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar eventual omissão da Secretaria Municipal de Saúde e Município de Dourados em elaborar e fazer cumprir, via ato regulamentar, um protocolo para disponibilização de profissionais médicos e profissionais de enfermagem para realizar acompanhamento de transferências intra e interhospitalares, inclusive a níveis intermunicipal e interestadual, de pacientes em internação hospitalar perante o Sistema único de Saúde.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000700-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000280-6 - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual cometimento de improbidade administrativa envolvendo a Associação Fundação C.A.S.A.

3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerentes: Luzia Eliete Flores Louveira da Cunha e Wezer Alves Rodrigues - Requerido: Município de Aquidauana - Assunto: Investigar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana estaria deixando de oferecer à população, serviços, bens e produtos de natureza essencial.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000226-1 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Iguatemi - Requerente: Antoninho Fernandes Gomes - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade da composição do Conselho Municipal de Saúde de Iguatemi.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001464-2 - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bela Vista - Assunto: Apurar eventual irregularidade da Instituição de Acolhimento/Abrigo de Bela Vista, ante aparente desatendimento das normas do CONANDA e CNAS. (IC nº 72/2014, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000426-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta supressão de vegetação nativa de 38,85 hectares sem a respectiva licença ambiental na fazenda Cervo (CARMS nº 26.913).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000965-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti /MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Tomada de Preço nº 005/2010 consistente em construção e ampliação de salas de aula de escola municipal. (IC nº 07/2013, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000975-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Falcão Comércio de Madeira e Veículos Ltda. - Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente do funcionamento de madeira localizada nesta cidade de Nova Andradina/MS, conforme Auto de Infração nº 9163061 do Ibama. **Advogados: Lucas Nogueira Lemos, OAB/MS nº 11.816 e Mayara Almeida Milan, OAB/MS nº 20.532.**

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001442-3 (Sigiloso) - ASSEP4 - Assessoria Especial do PGJ 4. **Advogados: Fernando Ortega, OAB/MS nº 13.701 e Giuseppe Favieri, OAB/MS nº 16.395.**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002230-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de que Willian Santussi, na condição de médico, teria se prevalecido da fraqueza dos consumidores, em razão de suas condições de saúde, para impingir-lhes seus produtos e serviços, por meio de publicidade veiculada em emissora de rádio local. **Advogado Rafael Rosa Júnior, OAB/MS nº 13.272.**

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000914-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Conselheiras Tutelares de Cassilândia/MS - Assunto: Apurar a eventual prática de peculato e ato de improbidade administrativa por parte de Conselheiras Tutelares consistente na utilização de bem público para fins particulares.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001098-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Maria Nunes Rondon Filho - Assunto: Apurar irregularidades ambientais no empreendimento turístico Aventura Ltda.-ME (Bonito Aventura), consistente no aproveitamento irregular de material lenhoso em área de preservação permanente na margem do Rio Formoso. **Advogada Ana Paula Iung de Lima, OAB/MS nº 9.413 (Iung & Rondon Advocacia).**

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001639-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Armazém de Cereais Carol - Assunto: Apurar possível poluição ambiental causada pela Carol Armazéns Gerais Ltda., em Bandeirantes/MS.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000467-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual direcionamento na contratação da empresa Jailson Coutinho ME e consequente superfaturamento em tal contratação.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002784-8 - 67ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 1º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Campo Grande - Assunto: apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 1º Tabelionato de Protestos e Títulos de Campo Grande.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001854-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Pontual Engenharia Ltda. - EPP - Assunto: Apurar a existência de poluição ambiental causada pela requerida em razão de emissão de resíduos sólidos no ar. (IC nº 010/2017, migrado para o sistema SAJMP, nos termos do rt. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000430-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Carta Convite nº 14/2011 referente ao Processo Administrativo nº 34/2011 (IC nº 08/2013, migrado para o SAJMP).

Campo Grande, 9 de agosto de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/1312/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JF LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Jaques Eduardo Leite**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 069/2018, do Pregão Eletrônico nº 067/2018, da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de MS (SAD).

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo do valor de R\$ 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais), correspondente à locação de mais 1 (um) veículo de passageiros sem motorista com ar condicionado, movido a gasolina ou álcool com potência mínima de 1000 cc e 50 cv, com capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul): CORSA, GOL, PÁLIO, UNO ou similar, para atender às necessidades de Órgão de Execução e Auxiliar do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal da contratação: R\$ 11.830,00 (onze mil, oitocentos e trinta reais).

Vigência: 07.08.2019 a 16.04.2020.

Data de assinatura: 7 de agosto de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 121/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0789/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **OBRATIVA LOJA DA CONSTRUÇÃO EIRELI**, representada por **Juliana Rozin Barbosa**.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: **Acréscimo** da importância de R\$ 60,75 (sessenta reais e setenta e cinco centavos) ao valor mensal estimado da Carta-Contrato nº 121/PGJ/2019, referente ao fornecimento de cimento Portland CPII E 32 para atender o Departamento de Engenharia/PGJ, correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial, em decorrência do aumento de seu consumo, passando o valor mensal estimado de R\$ 243,00 (duzentos e quarenta e três reais) para R\$ 303,75 (trezentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Valor estimado mensal: R\$ 303,75 (trezentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 07.08.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 7 de agosto de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE MPMS, TJMS E DPE/MS

Processo nº PGJ/10/0376/2019.

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 - **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Desembargador Presidente, **Paschoal Carmello Leandro**;

3 - **Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul**, representada por seu Defensor Público Geral do Estado, **Fábio Rogério Rombi da Silva**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013.

Objeto: Estabelecer condições de mútua cooperação entre as partes e a adoção de medidas essenciais de segurança contra incêndio e pânico, com o intuito de viabilizar a emissão do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros referente ao Complexo da Rua da Paz.

Vigência do Convênio: 04.07.2019 a 04.07.2021.

Data de assinatura: 04.07.2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/2155/2019

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1 - **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**. Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (estante e claviculário em aço), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Estante de aço - dimensões: 920 x 2000 x 300 mm (LxAxP) (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), desmontável, com 6 prateleiras, travamento nas laterais e no fundo em forma de "X"; cor cinza cristal ou tonalidade a ser definida de acordo com o catálogo de cores do fabricante; chapas em aço carbono laminado ff.rb.ol 1008/1010, com tratamento de superfície, tratamento químico protetivo antiferruginoso à base de fosfato de zinco tricatônico, pintadas com tinta a pó híbrida, com carga eletrostática, sendo 70% epóxi e 30% poliéster, camada de no mínimo 60 micras de tinta, curada em estufa de 200° (graus); 4 (quatro) colunas em perfil "I" medindo: 2000 mm x 30 mm x 30 mm em chapa 16 (1,50 mm), com furação oblonga e oblíqua de 11x8mm nas duas abas, alinhadas no sentido vertical e espaçadas a cada 50 mm; com 6 (seis) prateleiras reforçadas com dobras triplas, frontal e posterior, 1ª dobra com 30 mm; 2ª dobra com 10 mm; 3ª dobra com 5 mm; medindo: 920 x 300 x 30 mm, confeccionadas em chapa 22 (0,75 mm), com 1 (um) reforço ômega com 20mm de largura, chapa 22 (0,75 mm), soldado na parte inferior, para suportar a carga mínima de 105 kg distribuídos uniformemente; 2 carreiras de furação com 17 furos cada, uma na parte superior com diâmetro de 8 mm, para opcionalmente parafusar divisores; com 2 (dois) furos oblongos de 11x8 mm em cada canto, para fixar as prateleiras nas colunas; com 3 (três) furos com 8 mm de diâmetro na parte frontal e posterior da prateleira, para opção de uso de detentores para peças miúdas ou porta etiqueta para identificação dos produtos; 4 (quatro) pares de reforços em "X", sendo 2 (dois) em cada lateral da estante, fabricados em chapa 16 (1,50 mm), medindo cada vareta 350 x 25 x 2,00 mm, possuindo um furo oblongo de 8,5 x 36 mm em cada extremidade, para fixação dos parafusos com porcas nos perfilados que compõem os pés das estantes; 1 (um) par de reforço em "X" no fundo, fabricado em chapa 16 (1,50 mm), medindo cada vareta 1210 x 25 x 2,00 mm, possuindo um furo oblongo de 8,5 x 36 mm em cada extremidade, para fixação dos parafusos com porcas nos perfilados que compõem os pés das estantes, e um no meio, para parafusar o reforço na parte traseira da estante; 4 sapatas em polipropileno em forma de "I"; todos os parafusos e porcas necessários para a montagem das estantes deverão ser cromados. A estante deverá ser entregue montada pelo fornecedor. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.</p> <p>Marca: Rustika.</p> <p>Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.</p>	Unidade	60	372,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 08 de agosto de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0035/2019/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001299-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00001299-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ladário

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão de urgência proferida nos autos nº 0801697-33.2016.8.12.0008, consistente na obrigação do Município de Ladário de se abster de contratar os servidores temporários em desacordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e sem prévia autorização judicial.

Corumbá/MS, 07 de agosto de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0036/2019/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002095-9

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00002095-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Aparecido Pereira de Moraes

Requeridos: Município de Ladário/MS

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do acordo celebrado nos autos nº 0803208-66.2016.8.12.0008, consistente nas obrigações do Município de Ladário de: 1) promover a conclusão do chamamento dos candidatos ausentes e inaptos para serem submetidas ao teste de aptidão Mental, à Investigação Social e ao Curso Introdutório; 2) edição de Resultado homologatório de nova listagem final classificatória do concurso da guarda municipal de Ladário

Corumbá/MS, 07 de agosto de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0037/2019/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 09.2019.00002422-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições 09.2019.00002422-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação Grupo O Boticário de Proteção à Natureza

Assunto: Analisar a prestação de contas da Fundação Grupo O Boticário de Proteção à Natureza, referente ao exercício financeiro de 2018.

Corumbá/MS, 07 de agosto de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0018/2019/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00004023-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001138-2

Requerente: Cristiano Tavares.

Investigados: Gislaine dos Santos Silva, Roseli Cordeiro de Lima, Marcos Dias de Paula.

Assunto: Apurar ofensa à Política Municipal de Habitação Social, em razão da prática de locação e abandono de imóveis por parte dos beneficiários, nos residenciais 'João Antônio Luiz Braga' e 'Yvat', bem como fiscalizar a retomada dos imóveis e reversão ao Município, a fim de interromper os danos habitacionais..

Dourados, 08 de agosto de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2019/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00004028-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001136-0

Requerentes: Anônimo, Paulo Roberto Batista.

Investigados: Município de Dourados, Cláudio Takeshi Iguma - EI.

Assunto: Apurar possível deficiência na elaboração e execução dos projetos de sinalização viária, pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nos loteamentos Jardim Cristhais I e II, em Dourados/MS.

Dourados, 08 de agosto de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2019/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00004068-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001139-3

Requerente: Maria Faustina Vilhalva Ramos.

Investigada: Silvana Vieira do Nascimento - MEI (Conveniência e Tabacaria RR).

Assunto: Apurar a prática de desordem, algazarra e barulho decorrentes da atividade de venda de bebidas alcoólicas da Conveniência e Tabacaria RR, em ofensa às normas do Código de Posturas Municipal.

Dourados, 08 de agosto de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça